

ASPECTOS SUBJETIVOS DO ENVELHECIMENTO: A ESCRITA DE NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS JUNTO A IDOSOS

Felipe Diniz Casagrande¹; Regina Celia Celebrone Lourenço²

Universidade Positivo, ¹felipedinizc@live.com, ²regcelebrone@gmail.com.

Resumo: o Estatuto do Idoso é um marco no imaginário social sobre a velhice. Por isso, registra mudanças significativas nas ações políticas, da atuação de especialistas e de reflexão sobre essas influências no processo do envelhecimento humano, assim como instaura um prisma simbólico de como olhar e interpretar a velhice a partir de signos e representações discursivas. Nesse sentido, o idoso ainda é estigmatizado como frágil, limitado e adoecido pela construção simbólica retratada pelo Estatuto, que dá ênfase às referências à saúde e mostram uma velhice corroborada pelo olhar clínico da geriatria. Cabe ao saber gerontológico se ocupar da criação de espaços que promovam envelhecimentos ativos e dotados de sentidos, onde os próprios idosos possam ser autores e protagonistas da cena do envelhecimento na sociedade hipermoderna. Os grupos dialógico-operativos de narrativas autobiográficas se constituem como um desses espaços, em um trabalho ‘na’ e ‘pela’ Linguagem, enquanto operação possível sobre o (re)engendramento da subjetividade e do laço com o outro, dotado de um manejo diferenciado daquele do discurso da geriatria que privilegia o caráter fisiológico do envelhecimento. O trabalho com a linguagem como principal metodologia desses grupos favorece uma vivência onde os próprios idosos podem ser autores da sua vida, se fazendo sujeitos de sua própria história. O grupo dialógico-operativo possibilita a (re)edição subjetiva diante do confronto dos idosos da dificuldade da escrita de si em encontros coletivos e intersubjetivos, onde os sujeitos passam a valorizar sua história e (re)criar novas possibilidades para o futuro.

Palavras-chave: envelhecimento, escrita, subjetividade, grupos.

INTRODUÇÃO

As representações sociais do Idoso no Brasil possuem muitas características cuja dificuldade principal está em localizar o envelhecimento enquanto um processo de doença e decrepitude, em contrapartida de um modelo econômico que tenta escondê-lo na criação e manutenção de uma imagem de “eterna juventude”. Essa contradição explicita o desenvolvimento histórico dessa realidade. Foi no séc. XIX que ao imaginário coletivo no que se refere à velhice, foram integradas as associações negativas sobre a condição asilar e a pobreza, a própria velhice se constituiu imaginariamente com ideias de tristeza, desilusão, desamparo, invalidez e morte (JUSTO; ROZENDO, 2010).

Somente no final do séc. XX, é que se inaugura um novo paradigma com relação aos serviços prestados à população idosa, e a instauração do termo “terceira idade”, ligado à noção de que a velhice é um tempo ativo de uma população consumidora. Surgem nesse tempo as expressões que representam essa terceira idade como “melhor idade” ou a “maturidade”. Além disso, o asilo, a aposentadoria, a Gerontologia e a Geriatria são marcos

que diferenciam a produção do sentido da velhice no cenário social como disciplinarização dos velhos, ligados aos interesses do Estado aliado a noções de doença e invalidez que desqualifica o idoso em suas atividades produtivas (JUSTO; ROZENDO, 2010).

Posteriormente, o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), às portas do séc. XXI é outro marco no imaginário social sobre a velhice, registrando mudanças significativas nas ações políticas, da atuação de especialistas e de reflexão sobre essas influências no processo do envelhecimento humano. O Estatuto do Idoso tem uma dupla função de organização jurídica das ações do Estado e de outros contextos para assegurar os direitos do idoso, ao mesmo tempo em que instaura um prisma simbólico de como olhar e interpretar a velhice a partir de signos e representações discursivas. (JUSTO; ROZENDO, 2010).

Da mesma forma, o Estatuto não pode ser a *única* fonte de produção de sentido sobre a velhice, a imagem trazida pela mídia e as propagandas do mercado se diferencia bastante do que o Estatuto traz sobre o idoso (JUSTO; ROZENDO, 2010). Mas é o Estatuto que tem mais peso no que diz respeito às produções de sentido no imaginário coletivo e no dos próprios idosos. O Estatuto é uma legislação que se localiza em um importante movimento de redemocratização do Brasil pós ditadura militar, derivado da Constituição Cidadã de 1988, onde a velhice apareceu como objeto de preocupação da sociedade e do Estado (JUSTO; ROZENDO, 2010).

Mesmo que o desenvolvimento e os desdobramentos da legislação tragam sempre elementos de interesses políticos e de entidades prestadoras de serviços, cresce também o interesse dos profissionais sobre esse setor, assim como pesquisas acadêmicas cujo campo de atuação passa a ser a velhice tornando-a objeto da ciência (JUSTO; ROZENDO, 2010). A velhice passa a ser tratada até por outros setores da sociedade, como uma categoria social de prestígio e consideração, cujo imperativo surge da eminente transição demográfica da população em direção ao envelhecimento que ocorrerá nas próximas décadas (IBGE, 2010).

O Estado se preocupa, nesse sentido, em como gerenciar e disciplinar a população com o objetivo de manter a integridade do corpo social, enquanto administra as subjetividades e catalisa o problema social, na tentativa de dar respostas que absorvam as vivências da velhice na lógica do funcionamento do Estado (JUSTO; ROZENDO, 2010). O idoso, portanto, ainda é estigmatizado como frágil, limitado e adoecido pela construção simbólica retratada pelo Estatuto, que dá ênfase às referências à saúde e mostram uma velhice corroborada pelo olhar clínico da geriatria.

Mesmo a descentralização e organização na rede do atendimento asilar prefiguradas pelo Estatuto mascaram a transição de um modelo de confinamento a outro, de forma que o

“asilos” (exílios) passa a ser um produto de mercado, aliado aos interesses políticos, econômicos e empresariais que tratam a velhice como consumidora de produtos deferidos pelo Estado.

Nesta cena, cabe ao saber gerontológico se ocupar da criação de espaços que promovam envelhecimentos ativos e dotados de sentidos, onde os próprios idosos possam ser autores e protagonistas da cena do envelhecimento na sociedade hipermoderna.

O GRUPO E A RESSIGNIFICAÇÃO DA VELHICE

Um desses espaços necessários à (re)construção de velhices são os grupos dialógico-operativos de escrita autobiográfica, cuja metodologia se constitui pela interface do conceito de grupo operativo pichoniano e do dialogismo na filosofia da linguagem de Bakhtin. A operatividade grupal pichoniana se refere a um conjunto de pessoas em relação entre si cujo objetivo é a realização de uma tarefa, nesse caso a escrita autobiográfica, enquanto que no decorrer das vivências grupais, as discussões são pautadas pelas especificidades do dialogismo apresentadas pelo filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin (LOURENÇO, 2014; LOURENÇO; MASSI, 2016).

A vivência em um desses grupos, que acontece no contexto do programa da Universidade da Maturidade, especificamente na denominada UP Maturidade, oferecido pela Universidade Positivo na cidade de Curitiba, é a base da discussão do presente artigo. A UP Maturidade teve seu início no ano de 2017, cujo principal objetivo é democratizar a produção do conhecimento através de espaço de convivência promotora da construção de conhecimentos relativos ao desenvolvimento da qualidade de vida e de promoção de saúde para as pessoas com mais de 50 anos, em um espaço intergeracional, social e afetivo (UNIVERSIDADE POSITIVO, 2018).

Dentro dos núcleos operacionais da UP maturidade são ofertados cursos livres, oficinas e encontros, neste caso, a oficina de narrativas autobiográficas é nomeada como “Quem nunca disse: minha vida daria um livro?”, que chama a atenção dos idosos pelo nome fazer referência ao dito popular “minha vida daria um livro”, cujo sentido faz alusão à importância das experiências pessoais carregadas de historicidade, lembranças, dúvidas, angústias e (re)significações que cada um vivencia em seu percurso do ciclo vital.

Este grupo de narrativas autobiográficas se constitui, portanto, em uma *práxis* linguageira, um trabalho ‘na’ e ‘pela’ Linguagem, enquanto operação possível sobre o (re)engendramento da subjetividade e do laço com o outro (LOURENÇO; MASSI, 2016).

Nesse ponto temos uma diferença fundamental que localiza essa *práxis* em um campo inapreensível pela demonstração empírica, portanto, em um manejo diferenciado daquele do discurso da geriatria que privilegia o caráter fisiológico do envelhecimento (LOURENÇO, MASSI; LIMA, 2014). A subjetividade humana é constituída pelos sentimentos e emoções dos mais diversos montantes e sobredeterminações, e muito daquilo do que se refere ao encontro com a Linguagem e com o Outro.

O grupo dialógico operativo de escritas autobiográficas possibilita (re)significações dos discursos historicamente engendrados no seio de uma cultura, que depreciam o velho ao associá-lo às perdas e as doenças. O espaço é oportuno para contar e escrever sobre si, e ao serem “A voz da vez”, os idosos vivenciam suas velhices e se posicionam frente à própria linguagem e ao outro, uma vez que o psiquismo que fazemos referência não é individual, mas se constrói nos encontros e desencontros da relação com o outro. (LOURENÇO; MASSI, 2016).

Esse movimento (re)constitutivo de subjetividades é possível através da condição de que o grupo ocorre nas interações entre os participantes e a coordenadora do grupo. Esta, por sua vez, encarna a função de garantir as trocas simbólicas entre os participantes da oficina. A interpelação diante dos conflitos e “mancadas” (*manqué*, do francês, falta ou fracasso) da linguagem, oral e escrita, convoca os sujeitos a se responsabilizarem pelo que expõem para o grupo e por suas próprias vidas. A perspectiva bakhtiniana que aponta para os atos responsáveis e responsáveis frente à linguagem convoca ao comprometimento do sujeito para com seus semelhantes, compondo para si um lugar específico e imprescindível na história, porque apenas ele tem a possibilidade de realizar seu fado enquanto sujeito (LOURENÇO; MASSI, 2016).

O SUJEITO QUE NÃO ENVELHECE E A ESCRITA

A *práxis* do grupo dialógico operativo de narrativas autobiográficas se articula na fronteira entre a linguagem oral e a escrita, dois dispositivos complementares que suscitam grande parte das resistências e dificuldades de seu percurso. Muito dessas dificuldades diz respeito às condições de leitura e de escrita e ao baixo nível de letramento dos idosos no contexto brasileiro e a impossibilidade do uso funcional da leitura e da escrita (MASSI; et al., 2015). Esse aspecto interfere diretamente na saúde dessa população em relação à compreensão de seu autocuidado, assim como de usufruir do que é oferecido no campo da saúde e da educação. A importância do letramento e os efeitos de práticas de escrita

autobiográfica na geração de autonomia e bem-estar de idosos já foram descritos por Massi, et al. (2015).

Por outro lado, a experiência da escrita, especificamente, revela outra faceta inerente à essa operação de (re)constituição subjetiva que diz respeito a algo que persiste enquanto inominável, impossível de ser representado pela insuficiência material das palavras (MUCIDA, 2006). É dessa tensão entre o que se pretende revelar e o impossível de fazê-lo por completo que surge a dificuldade tanto da fala quanto da escrita. É por esta mesma razão que se busca uma nova significação, uma nova letra, a insuficiência daquilo que foi escrito suscita a emergência de um outro saber (MUCIDA, 2006).

Esse novo saber, então, pode ser aquele que se desdobra no dialogismo do grupo de narrativas autobiográficas, as novas formas de (re)significar as velhices e os conteúdos que se articulam nas tentativas de realizar a tarefa da escrita. No dinamismo dessas sobredeterminações, surge a dimensão da velhice em relação ao tempo, uma vez que o que está em jogo é uma operação entre passado, presente e futuro daqueles que se sujeitam à tarefa do grupo de lembrar suas experiências e expô-las.

A categoria de *tempo* na teoria lacaniana oferece uma possibilidade para a compreensão de como isso se dá no grupo de narrativas autobiográficas. O psicanalista francês apresenta três noções de tempo: um tempo que passa (ao passado ou ao futuro); um tempo que retroage; um tempo que faz o corte entre os outros dois, possibilitando reinscrevê-los, diferenciando aquilo que se diz e aquilo que se ouve (MUCIDA, 2006). Assim, retomar o passado como geralmente acontece nas narrativas revela uma reatualização deste, não como um momento estanque, mas como uma nova configuração, uma ressignificação das experiências, inevitavelmente ligadas ao futuro, em princípio.

Diante disso, podemos localizar a questão do sujeito nesses termos, uma vez que este pode se (re)constituir pela narrativa autobiográfica (narrativa oral e escrita) que ocorre por meio do dialogismo e das interpolações que já foram ditas. Aquilo que falamos que insiste em não se representar refere-se também à constituição desse sujeito, onde suas inscrições primordiais são fixas na linguagem, não se modificam, mas podem se rearranjar (MUCIDA, 2006), o que nos leva a pensar na resistência e dificuldade de escrever e falar de si, pois se trata de uma tarefa difícil e arduosa a de confrontar-se consigo mesmo.

O sujeito do inconsciente não envelhece. É o tempo cronológico que atua sobre o corpo que é interpelado pela permanência e reedições da realidade psíquica. Resta-nos pensar como o corpo que envelhece atinge o sujeito, de como pensar as perdas da velhice inerentes ao declínio biológico. Proporcionar espaços para que idosos falem e escrevam acerca destas

vicissitudes inerentes ao processo de envelhecimento é urgente neste momento avançado na vida, em uma sociedade em que os idosos serão maioria, no afã de lhes favorecer envelhecimentos ativos e dotados de sentidos.

O GRUPO DIALÓGICO-OPERATIVO, UMA INTERVENÇÃO POSSÍVEL

Da complexidade dos fatores que estão implicados nas narrativas autobiográficas que são geradas a partir do grupo dialógico-operativo, podemos apontar alguns pontos específicos e seus efeitos em termos de saúde mental e da velhice bem-sucedida dos idosos participantes. Expomos anteriormente, que o trabalho com a linguagem como principal metodologia desses grupos favorece uma vivência subjetiva, onde os próprios idosos podem ser autores da sua vida, se fazendo sujeitos de sua própria história (LOURENÇO, MASSI; LIMA, 2014). Isso acontece transversalmente com a exposição das diferenças entre os membros do grupo, pois este é sempre heterogêneo, não há história de vida que se repita, e a possibilidade da experiência das diferenças convoca o retorno de olhar para si (LOURENÇO, MASSI; LIMA, 2014).

A experiência das diferenças é o que marca o grupo como democrático e contra-hegemônico (LOURENÇO; MASSI, 2016), não há discurso que se sobreponha ou que assuma mais importância do que outros, sendo assim, o grupo é promotor de saúde mental na medida em que resulta em mais autonomia e segurança do próprio idoso marcar-se como diferente, e por vezes, subversivo. Como dissemos na introdução desse artigo, se o aparelho discursivo do Estatuto do Idoso que engendra um imaginário sobre a realidade desse grupo da população absorve e disciplina a velhice, o grupo dialógico-operativo se constitui como um dispositivo emancipador.

Por sua vez, o encontro com o outro favorece um encontro consigo mesmo, resultando na criação de novas perspectivas e possibilidades de realização pessoal e social relacionadas a aspectos importantes da vida desses idosos. Os temas geralmente dizem respeito aos relacionamentos interpessoais, autoconhecimento e a relação com a linguagem escrita (LOURENÇO; MASSI, 2016). Por outro lado, emerge também a satisfação em participar em um grupo diferenciado que valoriza as histórias pessoais, até o questionamento de nunca ter pensado que alguém se interessaria pelos relatos ali construídos. Nesse sentido, é inevitável a criação de uma autoestima e valorização dos pontos positivos da velhice, em contrapartida com a imagem negativa que já está dita no imaginário social, e acrescentar vida aos anos e não somente anos à vida. (LOURENÇO; MASSI, 2016, p.20).

Como resposta ao mal-estar de existir e de envelhecer, as narrativas se transformam e propiciam o bem-estar e a saúde dessa população, o que é atestado pelos participantes do grupo nas falas que retratam sua experiência como terapêutica (LOURENÇO, MASSI; LIMA, 2014; LOURENÇO; MASSI, 2016). Segundo as compreensões bakhtinianas, não há alibi para assumir a responsabilidade da existência e ser responsável pelo seu inexorável mal-estar de existir (LOURENÇO; MASSI, 2016). A perspectiva do grupo dialógico-operativo apresenta-se como possibilidade de (re)engendramento de subjetividades, aliado à profundidade dos relatos e das narrativas que, por vezes, encontram esse espaço como único para histórias e segredos ainda não contados.

Paralelamente, o desenvolvimento das habilidades de escrita também se marca como um ponto importante no contexto do grupo de narrativas autobiográficas, onde o trabalho com a linguagem e com a subjetividade se entrelaça com as dificuldades relativas à formalidade da língua. Não é difícil ouvir dos idosos participantes do grupo seu medo e vergonha em escrever e não saber se está correto, nem é difícil observar nos relatos a nova possibilidade linguageira de valorizar a escrita de si enquanto valorização da própria história (MASSI; et al., 2015).

As novas possibilidades discursivas que emanam no grupo, e apenas a partir deste, se relacionam intimamente com a (re)organização da história pessoal pela escrita, em uma perspectiva de imortalização de sua vida e da transmissão para as gerações vindouras (MASSI; et al., 2015). O que dissemos anteriormente sobre o tempo, se presentifica aqui no enlace entre aquilo que ainda *vem-a-ser*, no futuro. Esse vetor presente-futuro é (re)construído continuamente pelo grupo, que articula o singular e o coletivo inter-recíprocamente.

CONCLUSÃO

Em uma sociedade *envelhescete*, que quadruplicará o número de idosos nas próximas décadas, urge a criação de medidas que proporcionem envelhecimentos satisfatórios. Grupos de convivências que enfatizem os aspectos subjetivos do envelhe-Ser se configuram como dispositivo de promoção de envelhecimentos ativos.

Se o imaginário social resultante da dupla função do Estatuto do Idoso em administrar juridicamente a velhice e da construção de um prisma simbólico que ainda inscrevem o idoso em um lugar de aposentado (confinado ao aposento) e próximo à morte, o grupo dialógico-operativo de narrativas biográficas surge como uma resposta aceitável ao imperativo da criação de espaços democráticos e de criação de autonomia para idosos.

O grupo dialógico-operativo possibilita o (re)engendramento subjetivo diante do confronto dos idosos da dificuldade da escrita de si e do suportar enfrentar (estar em frente) a si mesmo e aos outros. Em encontros coletivos e intersubjetivos, os sujeitos passam a valorizar sua história e (re)criar novas possibilidades para o futuro.

Nessa multiplicidade de discursos enunciados em um grupo de caráter democrático e não-hegemônico, as diferenças são demarcadas e suportadas, o que permite o estabelecimento de laços com o outro e (re)tessituras de sentidos concernentes ao envelhe-Ser.

Em um grupo dialógico-operativo, discursos são (re)editados, (re)formados e (re)enlaçados em tessituras políticas e poéticas. Políticas porque tem a coragem de criar cisões nos discursos vigentes que atrelam a velhice à decrepitude e poéticas, ao tomar a linguagem como atividade constitutiva do sujeito. Se foi pela e na linguagem que os enunciados singulares e coletivos foram constituídos, é nela e por ela que serão (re)engendrados em novas formações discursivas que valorizem a narrativa de si.

Tal como em uma orquestra os diferentes sons e instrumentos se complementam, as vozes de cada participante do grupo se enlaçam em uníssono, mas não em unívoco, um só som constituído por diferentes vozes. A ética e a estética são inseparáveis nessa perspectiva, a *poiésis* é um ato criativo de linguagem que envolve uma reponsabilidade e uma responsividade na escrita de si. Dar voz à velhice e aos velhos é criar espaços sociais de promoção dialógica discursiva de envelhecimentos ativos e dotados de sentidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003.

IBGE. **Estimativa da população**. 2010. Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>>. Acesso em: 28 de out. de 2018.

JUSTO, J. S.; ROZENDO, A. S. A velhice no Estatuto do Idoso. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.10, n.2, 2010, pp.471-489.

LOURENÇO, R. C. C. **Relação de idosos com a linguagem e com a velhice em um grupo dialógico-operativo**. 2014. 118f. Tese (Doutorado em Distúrbios da Comunicação) – Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.

LOURENÇO, R. C. C.; MASSI, G. A. A. Grupo operativo como espaço para atividades dialógicas junto a idosos. **Vínculo – Revista do NESME**, v.13, n.2, 2016, pp.13-23.

LOURENÇO, R. C. C.; MASSI, G.; LIMA, R. R. Trabalho com a linguagem e envelhecimento: uma busca por ressignificações de histórias de vida. **Revista CEFAC**, v.16, n.2, 2014, pp.672-678.

MASSI, G.; et al. Linguagem e envelhecimento: práticas de escrita autobiográfica junto a idosos. **Revista CEFAC**, v.17, n.6, 2015, pp.2065-2071.

MUCIDA, A. **O sujeito não envelhece: psicanálise e velhice**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

UNIVERSIDADE POSITIVO. UP Maturidade, 2018. UP Maturidade. Disponível em: <<https://www.up.edu.br/up-maturidade>>. Acesso em: 28 de out. de 2018.